



GÊNERO, INTERSECCIONALIDADES E DECOLONIALIDADE: A EDUCAÇÃO COMO SOLO ESTRATÉGICO PARA PRODUÇÃO DE CONTRA-NARRATIVAS

Adrielly de Oliveira Silva - Aluna de Psicologia (UEM)

Carmem Lorena Henrique Fernandes - Aluna de Direito (UEM)

Crishna Mirella Correa de Andrade - Orientadora de Direito (UEM)

adriellyo320@gmail.com

Resumo:

O Projeto de Extensão intitulado como “Mulheres, Empoderamento e Liderança Políticas Públicas e Ações de Enfrentamento às Violências contra as Mulheres” (EMPODERA-UEM) atua em consonância com o eixo preventivo previsto na Lei Maria da Penha (11.340/2006), tecendo práticas contra a violência de gênero. Tal projeto é financiado pela Fundação Araucária na chamada “Programa Mulheres Paranaenses: Empoderamento e Liderança”, envolvendo uma equipe multidisciplinar de professoras orientadoras do direito, comunicação e multimeios, artes visuais e psicologia; bem como estudantes e bolsistas PIBIS, PIBEX e PIBIART de psicologia, direito, letras e artes visuais. Então, o projeto opera por meio da colaboração entre diversos campos do conhecimento, uma vez que o problema da violência de gênero não se limita a uma única esfera da sociedade ou campo de estudo. Sendo assim, o EMPODERA realiza discussões nas escolas sobre as questões que atravessam a órbita da violência de gênero em sua constante interseccionalidade. Isso ocorre por meio do projeto PIBIC-EM/CNPQ, que conta com a integração de bolsas para alunos/as/es do ensino médio que, por sua vez, elaboram materiais didáticos e produzem intervenções no Colégio de Aplicação Pedagógica (CAP-UEM) sobre estereótipos de gênero e violência.

Palavras-chave: Gênero; Empoderamento; Interseccionalidades; Educação; Enfrentamento às violências.

1. Introdução

O projeto “Mulheres, Empoderamento e Liderança: Políticas Públicas e Ações de Enfrentamento às Violências contra as Mulheres”, também nomeado de EMPODERA-UEM, articula-se com o eixo preventivo da Lei Maria da Penha (11.340/2006) que garante a aplicabilidade dessa lei, visando a disseminação de informações e conteúdos de conscientização sobre a temática e as interseccionalidades que envolvem a violência contra a mulher em ambiente doméstico.



A partir da subversão da lógica individualista da produção de saberes, o projeto atua por meio da interdisciplinaridade, da dialogicidade, da expressão de saberes do conjunto, em coletivo. É sobre inverter o raciocínio do *pensar sobre* as mulheres, para *pensar com* as mulheres. Do contrário, nossa prática produziria silenciamentos. Por isso, a equipe é formada por profissionais e bolsistas (PIBIS, PIBEX e PIBIART) dos cursos de direito, letras, psicologia, comunicação e multimeios e artes visuais. As ações desenvolvidas pelo projeto foram, a saber: Concurso de Cartazes nomeado de “Não é Brincadeira é Assédio”; Clube do Livro Silvana Soares Câmara; Ação com Atléticas e com os Bares discutindo o protocolo Não é Não (14.786); Participação no Paraná faz Ciência 2023; Panfletagens; Postagens informativas no Instagram e Conversas com a rede de atendimento e enfrentamento a violência contra as mulheres. Por fim, é realizado também um Grupo de Estudos discutindo referências críticas de gênero como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Kimberlé Crenshaw, Carla Akotirene, Conceição Evaristo, Glória Alzandúa e outras mulheres feministas de luta e resistência.

Nesse ínterim, o arcabouço teórico-prático que subsidia conceitualmente a atuação do projeto, volta-se ao conceito de gênero em sua relação com o poder e a ferramenta analítica da Interseccionalidade em uma perspectiva decolonial. Uma atuação embasada no reconhecimento do cruzamento das opressões de gênero, classe, raça e outros marcadores sociais e identitários em uma sociedade misógina, monogâmica e heteronormativa, sexista, patriarcal, racista, capacitista, transfóbica e eurocêntrica. Cida Bento no texto Pacto da Branquitude (2022), discute e reafirma o *modus operandi* de uma sociedade que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o outro. Por isso, para Bento faz-se urgente desestabilizar as relações de colonialidade, construindo contra-narrativas que trazem novas perspectivas, denúncias e reivindicações/protagonização na ação política (p. 40). Scott (1995) defende que gênero abordar a violência contra as mulheres por uma perspectiva de violência de gênero é reconhecer que a violência se assenta em uma relação de desigualdade de poder.

Para Kimberle Crenshaw (2002), ainda que cada opressão resguarde uma lógica íntima de funcionamento, ambas convergem, sendo crucial sublinhar a importância da intersecção entre os marcadores sociais na produção de vulnerabilidades e desigualdades. Segundo a autora, além de indissociáveis, as dimensões raciais e de gênero são estruturais e



estruturantes e, por isso, devem ser analisadas sempre no mesmo plano e não em planos sobrepostos ou concorrentes (CRENSHAW, 2002). Desta forma, o projeto atua no enfrentamento à violência contra as mulheres. No plural. Sem cristalizar e universalizar apenas um modo de ser mulher, uma maneira de transitar no mundo. Isso é uma fábula colonial que opera em relações de dominação, deixando as mulheres sempre às margens. No entanto, é preciso dar nome à opressão, produzir dobras conceituais críticas que rompam com o cercamento de silêncios que nos violam. Por isso, o enfoque deste artigo será no projeto Clube do Livro e Grupo de Estudos.

2. Metodologia: Clube do Livro - Defesa a uma educação política, historicizada, crítica e emancipatória

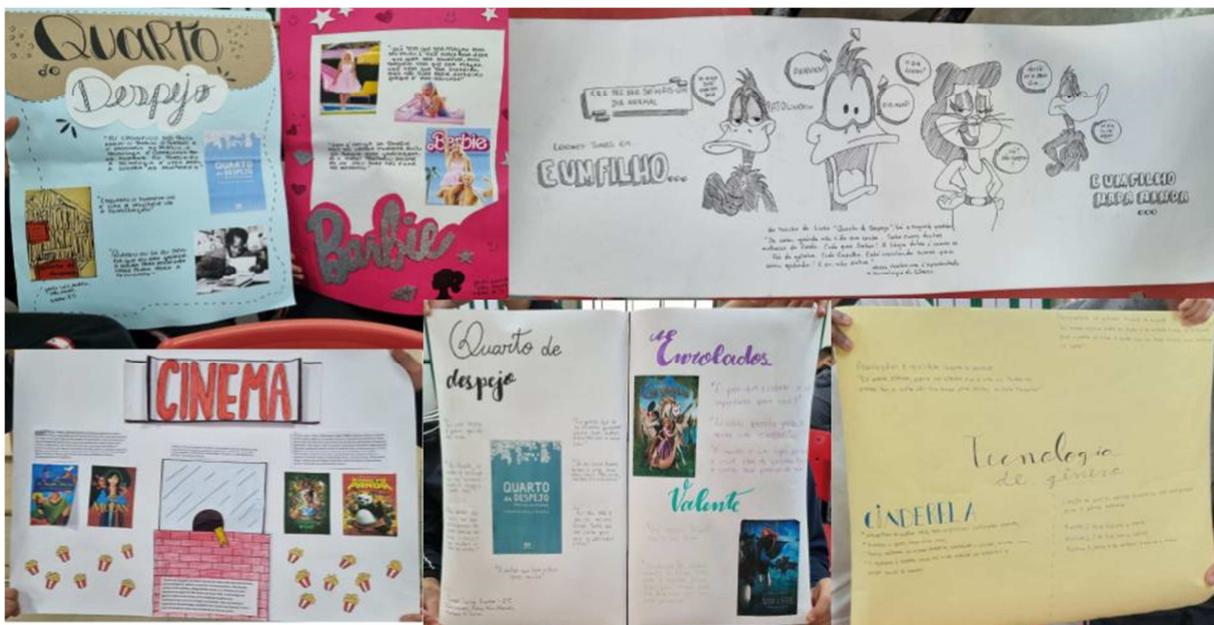
Por meio dessa leitura teórica supracitada, o projeto veicula ações em solo estratégico: a educação. Em concomitância com o Colégio de Aplicação Pedagógica da UEM, principalmente com a Biblioteca CAP, os projetos EMPODERA e PIBIC-EM, desenvolveram o Clube do Livro Silvana Soares Câmara. Nessa tônica, as propostas principais envolveram fomentar a leitura entre os/as/es alunos/as/es do ensino médio, apresentando o conhecimento acerca das a) relações de gênero e tecnologia de gênero, b) interseccionalidades, c) violências de gênero contra as mulheres, d) a Lei Maria da Penha e sua história, e) a rede de enfrentamento, f) o papel da cultura na formação de meninas e meninos. Tais discussões são cruciais para o letramento de gênero e relações de poder. Partir dessa perspectiva crítica, é assentir que a violência opera por meio da desigualdade de poder entre homens e mulheres, “seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 88).

Dessa forma, as práticas do projeto foram realizadas mediante a uma metodologia ativa, reiterando uma forma coletiva de construção de saberes entre orientadores, professores, estudantes universitários/as/es e alunos/as/es do ensino médio, planejando intervenções que visem a transformação social por meio do vínculo e do estar junto, fortalecendo “a ideia de educação como prática e caminho para a liberdade” (TEIXEIRA, 2022, p. 10). Por meio dessa prática, foi possível desnaturalizar as discriminações de gênero, raça, classe e violência como algo que sempre esteve no bojo da sociedade, portanto, sendo cristalizadas como algo dito natural. A categoria gênero começou a ser utilizada pelos estudantes para a) denunciar as



discriminações que as mulheres sofrem; b) instrumentalizar o pensar da categoria gênero em uma relação social construída sempre em articulação com o eixo do poder; c) compreender as situações que oprimem as mulheres como violência, d) nomear de acordo com a caracterização da Lei Maria da Penha (violência física, sexual, patrimonial, moral e psicológica); e) se engajar em produzir intervenções como as produções artísticas sinalizadas a abaixo.

Figura 1. Produções Artísticas do 2C do Ensino Médio 2024



Fonte: a autora.

A educação, portanto, “é crucial para o desenvolvimento de um pensamento crítico que permita a análise dos problemas sociais. [...] Sem uma educação de qualidade, a sociedade não pode ser plenamente democrática.” (COSTA JUNIOR, 2023, p. 131). Destarte, fica evidente o papel desempenhado pela educação no processo de construção de uma sociedade livre e emancipada de toda forma de expropriação humana. (TEIXEIRA, 2022, p. 10)

3. Grupo de Estudos: a potência do estar junto, militâncias e afetos!

O Grupo de Estudos EMPODERA reúne alunas/es e professoras quinzenalmente para discutir os Conceitos de Assédio e Violências de Gênero em sua Intersecção com o Patriarcado, Racismo, Colonialismo e Capitalismo; bem como pensar na saúde mental das mulheres e como o assédio vai calando e minando as mesmas; compreender o adoecimento como o emudecer-se citado por Conceição Evaristo; trazer para a pauta não somente as



violências, mas também a inviabilização dos acessos à rede, a uma escuta qualificada, a saúde, a justiça social e outros serviços; articulando reflexões acerca das colonialidades, decolonialidades e a violência na América Latina, e, por fim, pensar em estratégias e intervenções para prevenção das violências de gênero. As leituras envolvem autoras feministas de luta e resistência que abordam que as opressões tem a ver com poder e hegemonia! É preciso romper com o pacto do silêncio, é nestes encontros, leituras e afetos do grupo de estudos que isso torna-se possível.

Para Geni Núñez (2023), uma das violências do sistema de monoculturas é a tentativa de impor um mesmo modelo ao planeta inteiro. A educação é, portanto, solo fértil e estratégico para a produção de contra-narrativas que atuem na contramão da manutenção das desigualdades, afirmando nosso direito de corpos de resistência e militância, desnaturalizando as opressões que nos anulam, violam, silenciam, segregam e estigmatizam.

4. Considerações

Por meio do tripé ensino-pesquisa-extensão, foi possível debater a igualdade de gênero nas escolas, e produzir um grupo de estudos que contribui para a formação acadêmica das bolsistas integrantes do projeto.

Referências

BENTO, Cida. O Pacto da Branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de Especialistas em aspectos da Discriminação racial Relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, Ano 10, nº1, 2002.

COSTA JUNIOR, J. F. A importância da educação como ferramenta para enfrentar os desafios da sociedade da informação e do conhecimento. Convergências: estudos em Humanidades Digitais, v. 1, p. 127-144, 2023.

NÚÑES, Geni. Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Planeta Brasil, 2023.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, 1995, v. 15, n.2, jul./dez.

TEIXEIRA. S. R. S. A Educação em Vigotski: prática e caminho para a liberdade. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 47, 2022.